



## ANÁLISE DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DO PLANO DIRETOR DE PORTO ALEGRE: Capacidades Estatais e a Política Urbana

**AUTOR: PABLO ZIOLKOWSKI PADILHA**  
**ORIENTADORA: LUCIANA LEITE LIMA**

### INTRODUÇÃO

O Plano Diretor é uma lei municipal que estabelece as exigências básicas para o ordenamento do território de uma cidade, sendo obrigatório a elaboração para cidades com mais de 20 mil habitantes. Sua elaboração se dá a partir de um diagnóstico da realidade, devendo apresentar um conjunto de propostas para o desenvolvimento socioeconômico e para a organização espacial dos usos do solo urbano. Desde a Constituição de 1988, o Plano Diretor é entendido como instrumento central de planejamento das cidades, adquirindo status de política pública. O processo de produção deste plano deveria colocar a simultaneidade das dimensões política e técnica. A dimensão política é a que pretende explicitar o objeto da intervenção pública, enquanto a dimensão técnica procurará responder pela operacionalização da proposta politicamente definida. Assim, o Plano Diretor expressaria decisões resultantes de negociações políticas e alternativas técnicas, produto do compromisso das forças políticas atuantes.

### OBJETIVO

Analisar o processo de planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre.

### METODOLOGIA

Abordagem Qualitativa  
Pesquisa Documental  
Análise de Conteúdo

### RESULTADOS

Verificou-se que no processo de planejamento do Plano Diretor de Porto Alegre é incorporado de maneira genérica os instrumentos previstos no Estatuto da Cidade, legislação que o rege. Em termos operacionais, os instrumentos da política urbana de Porto Alegre demonstram uma fragilidade em sua aplicação. Essa fragilidade diz respeito a implementação do Plano, pois, não há uma devida estruturação de um organismo de planejamento compatível com as demandas do planejamento aprovado e com um planejamento urbano participativo, devendo haver um aprimoramento dessas duas condições. Diante desse quadro o Plano do Município acaba por não expressar um pacto social para a gestão do território da cidade.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

É relevante tomar conhecimento do conteúdo que expressa o Plano e também conferir se esse Plano incorpora as diretrizes do Estatuto da Cidade, com isso, esta análise traz elementos para tomar conhecimento da implementação e avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre. O presente estudo também contribuirá para compreender sobre o estado do planejamento no município gerando subsídios para o fortalecimento da Gestão Municipal. Contudo, espera-se que o estudo possa contribuir com elementos para efetivação dos instrumentos previstos em lei, no sentido de viabilizar esses instrumentos e, com isso, promover a prática de um planejamento urbano politizado, construindo pactos socioterritoriais em torno do direito à cidade.

### REFERÊNCIAS

- CARVALHO, Sonia Nahas. **Estatuto da Cidade aspectos políticos e técnicos do Plano Diretor**. São Paulo Perspectiva. vol.15 no.4 São Paulo, 2006.
- JUNIOR, Orlando Alves dos; MONTADON, Daniel Todtmann. **Síntese, desafios e recomendações**. In: Orlando, Alves dos Santos Junior, Daniel Todtmann Montandon (Orgs.). Os planos diretores municipais pós-estatuto da cidade: balanço crítico e perspectivas – Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011.
- VILLAÇA, Flávio. **Dilemas do Plano Diretor**. O município no século XXI: Cenários e Perspectivas. Revista Perspectiva, v. 9, n. 2, abr./jun. 1995.